

"Luta pelo FCDF foi uma construção histórica"

»Entrevista | CELINA LEÃO (PP) | VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL

A ex-deputada federal e distrital é considerada a candidata natural à sucessão de Ibaneis Rocha, mas, em conversa com o Correio, ela avalia que o momento é de "construção de entregas e de semear para colher" nas eleições

Trabalho para unir grupo em 2026

» ARTHUR DE SOUZA

Em meio a um cenário político conturbado no Distrito Federal, por conta dos atos antidemocráticos e da saída de Ibaneis Rocha, a vice-governadora Celina Leão (PP) se destaca durante o período de substituição no governador Ibaneis Rocha (MDB).

Vivemos um período bastante complicado no início do ano, por conta dos atos golpistas. Como foi substituir o governador Ibaneis Rocha em um momento tão conturbado?

Foi muito complicado porque você não se prepara para um momento como aquele. Mas a vida te prepara para algumas situações que você precisa passar. Os três mandatos que tive, com esse o quarto, me prepararam para conseguir superar aquele momento de dificuldade. Naquela época, precisávamos trazer estabilidade política para nossa cidade de manter o nosso grupo, que é o mesmo do governador Ibaneis, unido, sem dificuldade e sem nenhum tipo de movimento que fosse contrário ao nosso governador. E conseguimos. Mantivemos o governo caminhando, a lealdade ao nosso governador e trouxemos a normalidade à cidade.

Quais lições a senhora tirou durante esse período?

A primeira é que foi preciso ter muito pé no chão e cabeça tranquila. Tem que seguir, sobretudo o princípio de cuidar quem você ama e acho que se aprendeu muito nesse momento de dificuldade. Além disso, exercitei muito o diálogo institucional republicano, como governadora. Isso foi muito importante para várias vitórias que tivemos.

Sempre falo que não precisa levantar as mesmas bandeiras, e as nossas são diferentes. Isso é claro e visível para a população do Distrito Federal. Somos um governo de centro-direita temos um governo federal de esquerda eleito, e a democracia é a convivência desses poderes com respeito. Assim como queremos o respeito ao nosso governo, respeitamos o governo federal, que foi eleito democraticamente. Acho que esse diálogo institucional republicano tem respeito benéfico à população do Distrito Federal.

Outro grande destaque deste ano foi a luta pelo Fundo Constitucional do DF. Como foi essa longa batalha?

Foi uma construção histórica,



em que também precisamos dialogar com o governo federal. A perda do Fundo Constitucional seria algo irreparável, a curto, médio e longo prazos. Brasília não sobrevive. Começamos esse debate no Senado, onde teve uma participação muito atuante do senador Omar Aziz (PSD-AM), que foi o relator e puxou para si a responsabilidade de discutir muito com os pares.

Acho que até por conta da minha trajetória política, de estar vivendo no Congresso Nacional, o governador assumiu a mim essa missão, até porque o presidente da Câmara Arthur Lira e o relator (Cláudio Cajado) são do meu partido. Conseguimos resolver esse situação com éxito, mas não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que foram importantes, a nossa bancada federal e os nossos senadores, que nos ajudaram. Além disso, alguns senadores de outros estados — que aderiram o DF como sua casa — também colocaram todo o empenho na questão do Fundo Constitucional.

Alguns políticos e partes da população ficaram incomodados com a ausência do FCDF. Por que não preferiu ficar de fora das articulações?

Foi uma questão estratégica. O governador Ibaneis tem um jeito muito peculiar de governar, por isso ele é muito respeitado. Ele sabia que eu tinha uma condição, por ser do partido, e por se sentir representado na minha presença. Foi um conforto que ele teve. Mas todos as vezes que era necessário, pedia para ele ligar e conversar com as autoridades. Ele sempre esteve junto, apesar de não estar aparecendo, nos bastidores, o governador Ibaneis estava ativo.

A senhora chegou a saber sobre o fato de José Humberto Pires ter se lançado como candidato ao GDF? Qual é a sua opinião?

Acho que nosso grupo político vai se manter unido. Temos muito respeito pelo comando do nosso governador Ibaneis e, nesse jogo da política, destacam-se as pessoas que têm mandatos, que estão à frente e que estão com essa capacidade de governar. Mas nosso grupo não vai se deslejar,

existem vários cenários políticos que a gente precisa considerar e a eleição passa por partidos e mandatos políticos, além do nosso governador. Sobre essa possibilidade de José Humberto se candidatar, ele tem desmentido isso e tenho certeza absoluta de uma disposição daquilo de que o governador Ibaneis decidiu. Esses tipos de rumores fazem parte da política, mas não nos abala de forma alguma.

E sobre o futuro do próprio Ibaneis?

O governador está muito tranquilo. Ele tem, bem pontuada, uma construção de Senado, pois vai sair consagrado como um governador que fez e deixou um legado para o Distrito Federal. Isso o capacita para buscar o cargo de senador da República, acredito que esse seja o caminho natural dele e acho que seria, talvez, um dos senadores mais votados da história do Distrito Federal, por ter quebrado recordes. Seria a consagração do trabalho do governador Ibaneis.

Como ficou a relação com o governo Lula, depois do forte apoio a Jair Bolsonaro nas eleições?

É preciso ter respeito dentro da democracia. Você não vai desconstruir o seu passado por não ter feito aquilo que você fez de positivo, que era absolutamente natural, o meu partido era a base do governo. Inclusive, tinha o ministro da Casa Civil. Então, é absolutamente natural nosso apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Sempre fui muito respeitosa nas minhas colocações. Respeito a diversidade e nunca detive de sentir qualquer coisa positiva para a cidade. Esse tem que ser o caminho para que a gente possa fazer o melhor para a nação.

Se arrepende do apoio que deu a Bolsonaro?

De forma alguma. Era o nosso caminho natural, o apoio a Bolsonaro e, da mesma forma que

trabalhamos para que ele vencesse, se foi nas mídias redes sociais, depois do resultado, falar que acreditava na nossa democracia e que as vezes em soberania. Temos que saber ganhar, perder e se reconstruir para uma próxima eleição.

Acha que a senadora Damares Alves pode ser candidata ao GDF em 2026?

É claro que ela tem total liberdade e também para isso. Acredito que isso é uma decisão pessoal dela, mas todas as vezes que ela me encontra, sempre enaltece — não só internamente, mas publicamente — o nosso trabalho. Acho que, se ela vier candidata, seria uma coisa absolutamente natural e eu respeito essa vontade, mas acredito que existe uma grande possibilidade desse grupo todo se unir.

Os crimes de violência contra a mulher têm crescido no DF. O que tem sido feito para combater essa realidade?

Muitas vezes, a violência contra a mulher só é enxergada quando acontece o crime de feminicídio, mas se você chegar nas nossas delegacias, temos várias ocorrências de violência física, psicológica e ameaça. A regulamentação da legislação que multou autores dos crimes que movimentam a máquina pública vai ser muito disciplinadora. Essa lei vai ser muito educativa, porque o cidadão vai sentir no bolso aquilo que ele achava que poderia passar impune. Temos também o Viva Fora, agora sendo alcançado na própria delegacia, a lei dos ofícios do feminicídio, que regulamentamos e os ofícios começam a receber o auxílio a partir de outubro. Além disso, lançamos uma campanha no metrô, que vai percorrer todas as estações do metrô.

Todas as vezes (Ibaneis) ligar e conversar com as autoridades. Ele sempre esteve junto (na briga pelo FCDF)?

A Terraço, em determinado momento, não conseguiu ofertar imóveis para a classe média, ou era muito caro, ou era a Colúmbia que fazia a entrega de moradia popular. Isso foi percebido pelo governador Ibaneis e estamos fazendo alguns entendimentos para a classe média comprar de forma legalizada. O que as pessoas ainda não haviam entendido, mas agora começaram a entender, é que não adianta comprar o terreno grávido, pois eles vão pagar duas vezes. Não existe nenhuma fórmula de se regularizar terra pública que não seja a cobrança da área. Até porque a legislação não nos permite o Ministério Público acompanhar de perto.

Somos um governo de centro-direita e temos um governo federal de esquerda eleito, e a democracia é a convivência desses poderes com respeito. Assim como queremos o respeito ao nosso governo, respeitamos o governo federal, que foi eleito democraticamente.

Falando sobre o feminicídio, especificamente, o que pode ser feito de maneira efetiva e drástica para combater esse tipo de crime?

Conseguimos identificar que o feminicídio tem algumas características que fomentam para que o crime aconteça. Primeiro, é a falta da denúncia. Se pegamos os índices da Secretaria de Segurança Pública, muitas mulheres que morreram não tinham um registro de ocorrência contra o agressor. É por isso que criamos o programa Não se Cale. A segunda situação, é a mulher voltar a conviver com agressor. As vezes ela, na boa-fé, não acredita que o homem teria coragem de repetir a violência. A terceira é a medida protetiva. Tem vítimas que estavam pedindo pelo amor de Deus para não morrer para o Estado e foram mortas.

Temos grandes obras em andamento no DF, principalmente as rodovárias, que tem complicado o trânsito e tirado a paciência dos motoristas. Acha que realmente é viável interferir em grandes vias, ao mesmo tempo?

Precisamos resolver o problema da nossa cidade. Esse incômodo é temporário, mas os efeitos são permanentes. As vezes, a população não tem dimensão do quanto o DF tem crescido e o quanto de veículos novos têm sido empilhados. Não podemos esperar fazer uma obra agora e contar daqui um ano. Até porque tem um processo licitatório, uma ordem de serviço e um cronograma que é natural do processo hierárquico e burocrático do governo. O que temos feito é estar monitorando o trânsito. Já há obras por dia, para a gente ver o que pode ser feito para minimizar esses impactos. Sem rigido vai surgir, algumas obras estão sendo entregues, inclusive.

A gente pode desculpá a população, mas logo vai precisar e vamos poder chegar em casa mais cedo e curar a família com mais tranquilidade.

As áreas irregulares, por que o crime de grilagem é tão recorrente na capital do país?

A Terraço, em determinado momento, não conseguiu ofertar imóveis para a classe média, ou era muito caro, ou era a Colúmbia que fazia a entrega de moradia popular. Isso foi percebido pelo governador Ibaneis e estamos fazendo alguns entendimentos para a classe média comprar de forma legalizada. O que as pessoas ainda não haviam entendido, mas agora começaram a entender, é que não adianta comprar o terreno grávido, pois eles vão pagar duas vezes. Não existe nenhuma fórmula de se regularizar terra pública que não seja a cobrança da área. Até porque a legislação não nos permite o Ministério Público acompanhar de perto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades + Política e Economia do DF Pagina: 13